

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	57

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	28.948	62.397	Fornecedores	15	73.949	61.452
Títulos e valores mobiliários	8	140.367	24.393	Risco sacado a pagar - montadoras	15.1	6.581	-
Contas a receber	9	176.858	129.830	Empréstimos e financiamentos	16	24.964	19.211
Estoques		5.739	7.983	Arrendamento mercantil a pagar	17	25.351	12.778
Tributos a recuperar	10	26.663	24.289	Arrendamento por direito de uso	18	7.231	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.356	5.693	Obrigações sociais e trabalhistas	19	27.221	39.358
Despesas antecipadas		947	637	Tributos a recolher		10.440	11.628
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	11	47.294	28.786	Adiantamentos de clientes	20	39.806	28.118
Outros créditos	12	64.033	9.471	Partes relacionadas	24.1	3.056	11.961
		494.205	293.479	Outras contas a pagar	21	49.053	22.495
						267.652	207.001
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	16	171.132	62.802
Títulos e valores mobiliários	8	-	2.523	Arrendamento mercantil a pagar	17	62.454	29.087
Contas a receber	9	65.818	70.351	Arrendamento por direito de uso	18	22.993	-
Tributos a recuperar	10	23.865	17.474	Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	5.118	5.750
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.890	3.653	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	27.410	27.074
Depósitos judiciais	22	5.332	5.891	Outras contas a pagar	21	296	271
Partes relacionadas	24.1	72.116	658			289.403	124.984
Outros créditos	12	429	302	Total do passivo		557.055	331.985
		174.450	100.852	Patrimônio líquido			
Investimentos	13	5.609	36.364	Capital social	25.1	512.714	508.108
Imobilizado	14	476.516	463.798	Reservas de capital		1.021	710
Intangível		590	1.073	Ajustes de avaliação patrimonial		2.174	-
		657.165	602.087	Reservas de lucros		78.406	54.763
				Total do patrimônio líquido		594.315	563.581
Total do ativo		1.151.370	895.566	Total do passivo e patrimônio líquido		1.151.370	895.566

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a representação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão representadas, conforme nota explicativa 4.1.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	26	515.488	493.784
Custo de locação e prestação de serviços	27	(326.259)	(319.743)
Custo de venda de ativos desmobilizados	27	(137.374)	(92.726)
Total do custo de locação, prestação de serviços e de venda de ativos desmobilizados		(463.633)	(412.469)
Lucro bruto		51.855	81.315
Despesas comerciais	27	(3.013)	(2.517)
Despesas administrativas	27	(20.682)	(28.078)
Reversão de perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	27	474	3.250
Outras receitas operacionais, líquidas	27	14.939	8.982
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	3.938	(972)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		47.511	61.980
Receitas financeiras	28	5.127	6.233
Despesas financeiras	28	(17.502)	(10.165)
Resultado financeiro líquido		(12.375)	(3.932)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		35.136	58.048
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.2	(4.779)	(10.490)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.2	(5.470)	(4.094)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(10.249)	(14.584)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		24.887	43.464
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas, líquido de impostos	1.1 e 1.2	(1.244)	(2.700)
Lucro líquido do exercício		23.643	40.764

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	23.643	40.764
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	23.643	40.764
Das operações		
Continuadas	24.887	43.464
Descontinuadas	(1.244)	(2.700)
	23.643	40.764

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		487.208	440	30.636	-	518.284
Aumento de capital	25.1	21.000	-	-	-	21.000
Acervo líquido cindido	1.2	(100)	-	-	-	(100)
Juros sobre capital próprio	25.3	-	-	(16.637)	-	(16.637)
Lucro líquido do exercício		-	-	40.764	-	40.764
Pagamento baseado em ações	25.2	-	270	-	-	270
Saldos em 31 de dezembro de 2018		508.108	710	54.763	-	563.581
Aumento de capital	25.1	14.433	-	-	-	14.433
Acervo líquido cindido	1.1	(9.827)	-	-	-	(9.827)
Lucro líquido do exercício		-	-	23.643	-	23.643
Pagamento baseado em ações	25.2	-	311	-	-	311
Ganhos patrimoniais na participação de controladas, líquido de impostos	25.4	-	-	-	2.174	2.174
Saldos em 31 de dezembro de 2019		512.714	1.021	78.406	2.174	594.315

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1. Adicionalmente, os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de Reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas	33.252	53.856
Ajuste para:		
Depreciação e amortização	71.381	65.943
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 11)	137.374	92.726
Resultado de investidas reconhecido por equivalência patrimonial (nota 13)	(3.938)	972
Baixa de outros ativos	601	687
Ajuste a valor presente ativos e passivos	-	(524)
Provisão para perdas no valor recuperável de ativos, contingências e outras perdas	9.611	1.942
Provisões (reversões) para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos (nota 27)	(11.222)	(1.540)
Remuneração com base em ações (nota 24.5)	311	270
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso e risco sacado	16.782	6.955
	<u>254.152</u>	<u>221.287</u>
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(82.151)	54.041
Estoques	70	(551)
Tributos a recuperar	(2.444)	(816)
Fornecedores	(12.460)	(2.033)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	4.454	4.533
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(18.921)	22.969
Variações no capital circulante líquido operacional	<u>(111.452)</u>	<u>78.143</u>
Demandas judiciais e administrativas pagas	(10.447)	(5.453)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(967)	(8.998)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso e risco sacado	(14.394)	(3.305)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(12.343)	(243.070)
Caixa gerado pelas atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários	<u>104.549</u>	<u>38.604</u>
Investimento em títulos e valores mobiliários	(114.537)	23.493
Caixa líquido (utilizados nas) gerados pelas atividades operacionais	<u>(9.988)</u>	<u>62.097</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de ativo imobilizado e intangível	(58.160)	(1.874)
Aporte de capital em investidas (nota 13.1)	(5.422)	(36.351)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(63.582)</u>	<u>(38.225)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	21.000
Captação de empréstimos e financiamentos	150.675	24.812
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil e risco sacado	(103.445)	(28.427)
Caixa líquido decorrente de cisão parcial (notas 1.1 e 1.2)	(7.109)	(2.456)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(19.102)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>40.121</u>	<u>(4.173)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(33.449)</u>	<u>19.699</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	62.397	42.698
No final do período	28.948	62.397
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(33.449)</u>	<u>19.699</u>
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Captação de arrendamento mercantil a pagar, Finame e risco sacado a pagar- montadoras para aquisição de imobilizado	(116.470)	(62.430)
Aporte de capital em investidas com títulos de contas a receber (nota 13.1)	(29.827)	-
Adoção inicial CPC 06 (R2) - Arrendamentos (nota 4.1)	(38.482)	-

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a rerepresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma empresa limitada controlada direta da CS Brasil Participações e Locações Ltda. ("CS Brasil Participações") com sede na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos.

Em 01 de Novembro de 2019 visando uma melhor segregação dos negócios, a JSL S.A. vendeu sua participação direta de 99,99% no investimento CS Brasil Transportes, a valor contábil, para a controlada CS Brasil Participações. Decorrente dessa reestruturação a Empresa passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

A tabela abaixo apresenta os contratos de concessões de transporte municipal de passageiros que estiveram vigentes no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

<u>Descrição da concessão</u>	<u>Vigência</u>
Transporte municipal de passageiros - Itaquaquecetuba - SP (i)	16/12/1998 a 16/12/2018
Transporte municipal de passageiros - Mogi das Cruzes - SP (iii)	24/05/2004 a 24/05/2019
Transporte municipal de passageiros - Guararema - SP (iv)	23/07/2007 a 23/07/2022
Transporte municipal de passageiros - São José dos Campos - SP (ii)	17/04/2008 a 17/04/2020
Transporte municipal de passageiros - Sorocaba - SP (v)	16/06/2011 a 01/11/2028

- (i) Conforme nota explicativa 1.2, essa operação foi vendida durante o exercício de 2018;
- (ii) Conforme nota explicativa 1.1, essa operação foi cindida para a criação da Joseense Transporte de Passageiros Ltda. ("Joseense") em 31 de maio de 2019, sendo que em 01 de novembro de 2019, a Joseense foi vendida pela sua controladora direta JSL S.A.;
- (iii) Conforme nota explicativa 1.1, essa operação foi cindida para a criação da Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda. ("Mogi Mob") em 31 de maio de 2019;
- (iv) Conforme nota explicativa 1.1, essa operação foi cindida para a criação da TPG Transporte de Passageiros Ltda. ("TPG") em 31 de maio de 2019; e
- (v) Adquiridos em 2011 pelo prazo de 8 anos, renovados em 01 de novembro de 2019 por um prazo adicional de 8 anos,

1.1 Operações descontinuadas em 2019

Em 31 de maio de 2019, por meio de instrumento de cisão parcial, e visando melhor segregação de seus negócios, foi realizada uma reestruturação societária nas operações da CS Brasil Transportes a valor contábil, tendo como resultado a criação das seguintes novas sociedades de propósito específico para deter e gerir as concessões de serviço público de transporte de passageiros: (i) Joseense, com atendimento ao contrato de concessão na cidade de São José dos Campos; (ii) Mogi Mob, com atendimento ao contrato de concessão na cidade de Mogi das Cruzes e; (iii) TPG, com atendimento ao contrato de concessão na cidade de Guararema.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Resultados líquidos das operações descontinuadas

	31/12/2019			
	Mogi Mob	TPG	Joseense	Total
Operações descontinuadas em 2019				
Receita líquida de prestação de serviços	54.864	9.047	46.842	110.753
Custo de prestação de serviços	(50.670)	(5.087)	(49.609)	(105.366)
Total do custo de prestação de serviços	(50.670)	(5.087)	(49.609)	(105.366)
Lucro (prejuízo) bruto	4.194	3.960	(2.767)	5.387
Despesas comerciais	(174)	(31)	(149)	(354)
Despesas administrativas	(1.969)	(360)	(2.084)	(4.413)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (<i>'impairment'</i>) de contas a receber	(8)	11	(4)	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas	(141)	(12)	(883)	(1.036)
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	1.902	3.568	(5.887)	(417)
Receitas financeiras	158	35	74	267
Despesas financeiras	(886)	(173)	(675)	(1.734)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.174	3.430	(6.488)	(1.884)
Imposto de renda e contribuição social	(399)	(1.167)	2.206	640
Total do imposto de renda e da contribuição social	(399)	(1.167)	2.206	640
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações descontinuadas	775	2.263	(4.282)	(1.244)

	31/12/2018			
	Mogi Mob	TPG	Joseense	Total
Operações descontinuadas em 2018				
Receita líquida de prestação de serviços	61.889	10.838	61.603	134.330
Custo de prestação de serviços	(60.012)	(5.757)	(63.123)	(128.892)
Total do custo de prestação de serviços	(60.012)	(5.757)	(63.123)	(128.892)
Lucro (prejuízo) bruto	1.877	5.081	(1.520)	5.438
Despesas administrativas	(3.794)	(667)	(3.787)	(8.248)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (<i>'impairment'</i>) de contas a receber	(1)	9	(2)	6
Outras despesas operacionais, líquidas	(960)	(47)	(500)	(1.507)
(Prejuízo) lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	(2.878)	4.376	(5.809)	(4.311)
Receitas financeiras	96	34	207	337
Despesas financeiras	(96)	(44)	(272)	(412)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.878)	4.366	(5.874)	(4.386)
Imposto de renda e contribuição social	979	(1.485)	1.998	1.492
Total do imposto de renda e da contribuição social	979	(1.485)	1.998	1.492
(Prejuízo) lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	(1.899)	2.881	(3.876)	(2.894)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Efeito da cisão sobre a posição financeira da Empresa

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Empresa, para fins de cisão parcial para as três sociedades, foi avaliado por empresa especializada em 28 de fevereiro de 2019. Segue abaixo abertura dos acervos líquidos cindidos:

	Balanco cindido (data base 28/02/2019)			
	Mogi Mob	TPG	Joseense	Total cindido
Ativo				
Circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	256	15	6.838	7.109
Títulos e valores mobiliários	1.086	-	-	1.086
Contas a receber	845	8.534	924	10.303
Adiantamentos a terceiros	220	9	1.771	2.000
Estoques	1.658	1	515	2.174
Imobilizado	11.239	2.981	15.923	30.143
Demais ativos	15	12	1.794	1.821
Total dos ativos	15.319	11.552	27.765	54.636
Passivo				
Circulante e não circulante				
Fornecedores	4.244	145	999	5.388
Obrigações trabalhistas	7.227	729	3.533	11.489
Empréstimos e financiamentos	2.453	591	5.154	8.198
Contas a pagar e adiantamentos	129	108	13.522	13.759
Imposto de renda diferido	1.138	277	3.719	5.134
Demais passivos	28	91	722	841
Total dos passivos	15.219	1.941	27.649	44.809
Acervo líquido cindido (nota 25.1)	100	9.611	116	9.827

c) Política contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Empresa que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Empresa e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Operação descontinuada em 2018

Por meio de instrumento particular de alteração contratual de 25 de setembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da Empresa, sendo que, a partir da parcela cindida, no montante de R\$ 100, constituiu-se a Empresa Quataí Transporte de Passageiros SPE Ltda. ("Quataí"), controlada pela JSL S.A.

a) Resultado líquido das operações descontinuadas

	31/12/2018
Receita líquida de prestação de serviços	42.841
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(41.784)
(=) Lucro bruto	1.057
Despesas administrativas	(1.066)
Outras receitas operacionais, líquidas	99
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	90
Receitas financeiras	119
Despesas financeiras	(15)
(=) Resultado financeiro líquido	104
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	194
(=) Lucro líquido do exercício	194

Os resultados das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é totalmente atribuído à Empresa.

b) Efeito da cisão sobre a posição financeira da Empresa

A parcela cindida foi composta pelos ativos relacionados à operação de transporte rodoviário de passageiros do município de Itaquaquecetuba em São Paulo, e o respectivo acervo líquido contábil da Empresa, para fins de cisão parcial para Quataí foi avaliado por empresa especializada em 31 de agosto de 2018. Abaixo é apresentada a abertura do acervo cindido final:

	Balanco cindido (data base 31/08/2018)
Ativo	
Circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.456
Imobilizado	2.982
Demais ativos	146
Total dos ativos	5.584
Passivo	
Circulante e não circulante	
Fornecedores	848
Obrigações trabalhistas	3.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos	645
Demais passivos	49
Total dos passivos	5.484
Acervo líquido cindido	100

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 04 de Maio de 2020. Após a sua emissão, somente os sócios quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi aplicado. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 4.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.3.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.3.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.a (i) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

2.4 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.6 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.7 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstradas na nota explicativa 14.

A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

2.8 Intangível

2.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Arrendamentos

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, revogado em 1 de janeiro de 2019. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06 (R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 4.1.

a) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, A Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1), tais como:

- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendadora

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa é uma arrendadora intermediária ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.c e 2.3.4). A empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis à Empresa como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2).

b) Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatária

No período comparativo, como arrendatária a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendadora

Quando a Empresa atuou como arrendadora, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015 considerando à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retomando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

2.11 Provisões

2.9.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12 Receitas de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.12.1 Receita de locação e prestação de serviço

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

2.12.2 Receita de transporte de passageiros

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de transporte público municipal de passageiros.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro.

2.12.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias do Grupo JSL.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.12.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de limpeza e coleta urbana, oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

2.13 Operação em conjunto

A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

A Empresa mantém operações no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras na proporção de sua participação.

2.14 Benefícios a empregados

2.14.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.14.2 Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.15 Capital social

2.15.1 Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Prazo do arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação - nota explicativa 2.9 a. (ii); e
- b) Receitas de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo - nota explicativa 2.12.1.b.

3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - determinação do valor justo menos custos de venda da Empresa, de ativos mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos - nota explicativa 11;
- b) Imobilizado (premissas em relação ao valor residual e a vida útil) - nota explicativa 14;
- c) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 22.2;
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 23; e
- e) Transações com pagamentos baseados em ações (probabilidade de exercício da opção) - nota explicativa 25.2.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis

4.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

A Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na nota explicativa 2.9.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na transição para o CPC 06 (R2), A Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquelas datas.

b) Empresa como arrendatária

Como arrendatária, A Empresa arrenda imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com o CPC 06 (R2), a Empresas reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Na transição esses arrendamentos foram mensurados conforme nota explicativa 2.9.(i).

A Empresa não identificou indícios de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1)

A Empresa arrenda ativos, como veículos leves. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) imediatamente antes dessa data.

c) Empresa como arrendadora

A Empresa arrenda seus ativos, leves, caminhões e equipamentos. os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Empresa não é requerida fazer ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis a Empresa como arrendador não diferem daquelas do CPC 06 (R1).

A Empresa aplicou o CPC 47- Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Impactos nas demonstrações financeiras na transição.

Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados a seguir:

	Divulgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2)	Valor ajustado em 01/01/2019
Ativo			
Total do ativo circulante	293.479	-	293.479
Imobilizado	463.798	38.482	502.280
Outros ativos não circulantes	138.289	-	138.289
Total do ativo não circulante	602.087	38.482	640.569
Total do ativo	895.566	38.482	934.048
Passivo			
Arrendamento mercantil a pagar	12.778	-	12.778
Arrendamento por direito de uso	-	8.355	8.355
Outros passivos circulantes	194.223	-	194.223
Total do passivo circulante	207.001	8.355	215.356
Arrendamento mercantil a pagar	29.087	-	29.087
Arrendamento por direito de uso	-	30.127	30.127
Outros passivos circulantes não circulantes	95.897	-	95.897
Total do passivo não circulante	124.984	30.127	155.111
Total do patrimônio líquido	563.581	-	563.581
Total do passivo e do patrimônio líquido	895.566	38.482	934.048

Para os impactos do CPC 06 (R2) no resultado do exercício, consulte as Notas explicativas 14 (depreciação do direito de uso) e 18 (Arrendamento por direito de uso). Para detalhes sobre as políticas contábeis de acordo com o CPC 06 (R2) e CPC 06 (R1), consulte a Nota explicativa 2.9.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa reconheceu o montante de R\$ 19 , referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, de baixo valor e curto prazo, conforme nota 27.

4.2 ICPC 22 - incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde de 1 de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Empresa.

5. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Definição de um negócio (alteração no CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e
- CPC 50 - Contratos de Seguro.

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa se restringem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas reconhecidos nas demonstrações financeiras. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

6.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	28.390	558	28.948	35.974	26.423	62.397
Títulos e valores mobiliários	140.367	-	140.367	26.916	-	26.916
Contas a receber	-	242.676	242.676	-	200.181	200.181
Partes relacionadas	-	72.116	72.116	-	658	658
Outros créditos	-	50.946	50.946	-	5.182	5.182
	168.757	366.296	535.053	62.890	232.444	295.334

Passivo, conforme balanço patrimonial	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Fornecedores	73.949	73.949	61.452	61.452
Risco sacado a pagar - montadoras	6.581	6.581	-	-
Empréstimos e financiamentos	196.096	196.096	82.013	82.013
Arrendamento mercantil a pagar	87.805	87.805	41.865	41.865
Arrendamento por direito de uso	30.224	30.224	-	-
Partes relacionadas	3.056	3.056	11.961	11.961
Outras contas a pagar	44.550	44.550	19.768	19.768
	442.261	442.261	217.059	217.059

6.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	28.948	62.397	28.948	62.397
Títulos e valores mobiliários	140.367	26.916	140.367	26.916
Contas a receber	242.676	200.181	242.676	200.181
Partes relacionadas	72.116	658	72.116	658
Outros créditos	50.946	5.182	50.946	5.182
Total	535.053	295.334	535.053	295.334
Passivos Financeiros				
Fornecedores	73.949	61.452	73.949	61.452
Risco sacado a pagar - montadoras	6.581	-	6.581	-
Empréstimos e financiamentos	196.096	82.013	199.796	83.334
Arrendamento mercantil a pagar	87.805	41.865	87.859	42.105
Arrendamento por direito de uso	30.224	-	30.224	-
Partes relacionadas	3.056	11.961	3.056	11.961
Outras contas a pagar	44.550	19.768	44.550	19.768
Total	442.261	217.059	446.015	218.620

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 — Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível1	Nível2	Total	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	13.454	13.454	-	15.795	15.795
Letras financeiras	-	10.793	10.793	-	1.985	1.985
Cota de outros fundos	4.143	-	4.143	2.196	-	2.196
Operações compromissadas	-	-	-	-	15.998	15.998
Títulos e valores mobiliários						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	84.387	-	84.387	9.423	-	9.423
LTN - Letras do Tesouro Nacional	55.980	-	55.980	11.262	-	11.262
Cota de fundos	-	-	-	-	6.231	6.231
	144.510	24.247	168.757	22.881	40.009	62.890
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
- com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	196.096	196.096	-	82.013	82.013
Arrendamento mercantil a pagar	-	87.805	87.805	-	41.865	41.865
	-	283.901	283.901	-	123.878	123.878

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e

(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Vértice							
Taxa (a.a.) - %	4,41	4,33	4,56	5,26	5,77	6,41	7,00

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2019

6.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros da Empresa, se referem a fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar, arrendamento por direito de uso, partes relacionadas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Empresa possui em seu ativo financeiro contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro do Grupo JSL, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração do Grupo JSL para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Empresa está exposta a ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração do Grupo JSL autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

A Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global ("G") de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de *ratings* e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

<i>Rating em Escala Local "Br"</i>		<i>Rating em Escala Global "G"</i>	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

i. Contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3.4, a Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A Empresa utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração.

A Empresa baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados pela Empresa continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 9.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração do Grupo JSL. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Empresa determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é como segue:

	<u>31/12/2019</u>
Valores depositados em conta corrente	558
Depósitos em aplicações financeiras	
Br AAA	21.515
Br AA+	327
Br AA	6.548
Total de aplicações financeiras	28.390
Total de caixa e equivalentes de caixa	28.948
	<u>31/12/2019</u>
Títulos e valores mobiliários	
Br AAA	140.367
Total de títulos e valores mobiliários	140.367

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso, e estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 6.4.

c) Risco de liquidez

A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez e flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2019				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	28.948	28.948	28.948	-	-
Títulos e valores mobiliários	140.367	140.367	140.367	-	-
Contas a receber	242.676	242.676	176.858	65.818	-
Partes relacionadas	72.116	96.992	-	23.843	73.149
Outros créditos	50.946	50.946	50.517	429	-
Total	535.053	559.929	396.690	90.090	73.149
Fornecedores	73.949	73.949	73.949	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	6.581	6.581	6.581	-	-
Empréstimos e financiamentos	196.096	224.891	26.608	99.280	99.003
Arrendamento mercantil a pagar	87.805	98.203	29.918	30.025	38.260
Arrendamento por direito de uso	30.224	40.402	10.016	6.931	23.455
Partes relacionadas	3.056	3.056	3.056	-	-
Outras contas a pagar	44.550	44.550	44.254	296	-
Total	442.261	491.632	194.382	136.532	160.718

6.4 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamento mercantil a pagar e arrendamento por direito de uso. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

O estudo da Administração considera em 31 de dezembro de 2019 as seguintes taxas prováveis, impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Empresa: CDI em 4,56% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); TLP de 5,82% a.a. (fonte: BNDES); IPCA 4,14% a.a. (fonte: Bacen); SELIC de 4,50% a.a. (fonte: Bacen) e taxa do Dólar norte-americano ("Dólar") de R\$ 4,10 (fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
Operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	28.390	Aumento do CDI	4,52%	1.283	1.604	1.925
Títulos e valores mobiliários - LFT	84.387	Aumento da SELIC	4,50%	3.797	4.747	5.696
Partes relacionadas	72.116	Aumento do CDI	6,76%	4.875	6.094	7.313
Empréstimos e financiamentos	(150.330)	Aumento do CDI	6,06%	(9.110)	(11.387)	(13.665)
Arrendamento mercantil a pagar	(87.805)	Aumento do CDI	6,44%	(5.655)	(7.068)	(8.482)
Empréstimos, financiamentos	(25.766)	Aumento do IPCA	9,76%	(2.514)	(3.143)	(3.772)
Empréstimos, financiamentos	(15.703)	Aumento da TLP	9,97%	(1.566)	(1.957)	(2.349)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	(94.711)			(8.890)	(11.110)	(13.334)
Operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN	55.980	PRÉ-FIXADO	4,54%	2.541	2.541	2.541
Arrendamento por direito de uso	(30.224)	PRÉ-FIXADO	8,28%	(2.503)	(2.503)	(2.503)
Empréstimos, financiamentos	(4.297)	PRÉ-FIXADO	7,48%	(321)	(321)	(321)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	21.459			(283)	(283)	(283)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(73.252)			(9.173)	(11.393)	(13.617)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	5	498
Bancos	553	25.925
Total de disponibilidades	558	26.423
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	13.454	15.795
Letras financeiras	10.793	1.985
Cotas de outros fundos	4.143	2.196
Operações compromissadas - lastreadas em debêntures	-	15.998
Total de aplicações financeiras	28.390	35.974
Total	28.948	62.397

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio das aplicações financeiras foi 5,91% a.a. (6,42% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

8. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos públicos no país		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	84.387	9.423
LTN - Letras do Tesouro Nacional	55.980	11.262
Outros títulos		
Cotas de fundos	-	6.231
Total	140.367	26.916
Ativo circulante	140.367	24.393
Ativo não circulante	-	2.523
Total	140.367	26.916

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio foi de 5,91% a.a. (6,42 % a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

9. Contas a receber

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019	31/12/2018
Valores a receber de serviços e locações	141.235	132.035
Serviços e locações a faturar	48.253	63.876
Contas a receber - partes relacionadas (nota 24)	71.367	22.688
Outras contas a receber	2.580	2.814
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(20.759)	(21.232)
Total	242.676	200.181
Ativo circulante	176.858	129.830
Ativo não circulante	65.818	70.351
Total	242.676	200.181

9.1 Classificação por vencimento (aging list) e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Total a vencer	127.044	76.002
Vencidos em até 30 dias	18.292	33.329
Vencidos de 31 a 90 dias	1.418	15.112
Vencidos de 91 a 180 dias	663	3.349
Vencidos de 181 a 365 dias	2.236	20.373
Vencidos há mais de 365 dias (i)	113.782	73.248
Total vencidos	136.391	145.411
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(20.759)	(21.232)
Total	242.676	200.181

(i) Saldo composto substancialmente por contas a receber de contratos públicos, no qual não é considerado como risco passível de provisão para perda uma vez que, dada a característica da operação, existe uma alta expectativa de recebimento. Adicionalmente a política contábil esta divulgada na nota explicativa 2.3.4.

A movimentação das perdas esperadas ("impairment") de contas a receber está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(24.489)
(-) adições	(4.186)
(-) Operação descontinuada	7
(+) reversões	7.436
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(21.232)
(-) adições	(480)
(-) Operação descontinuada	(1)
(+) reversões	954
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(20.759)

As perdas esperadas ("impairment") de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 6.3.a (i).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS e COFINS (i)	40.154	31.501
INSS (ii)	8.835	8.230
Imposto de renda retido na fonte	193	799
ISS	621	621
ICMS	523	400
Outros	202	212
Total	<u>50.528</u>	<u>41.763</u>
Ativo circulante	26.663	24.289
Ativo não circulante	23.865	17.474
Total	<u>50.528</u>	<u>41.763</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo inclui R\$ 7.485 de créditos extemporâneos sobre locação de equipamentos operacionais (R\$ 1.388 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) INSS a compensar refere-se e valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais. Durante 2019, a Empresa contabilizou créditos extemporâneos de INSS de R\$ 3.737 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2018), relacionados a temas já considerados pacificados no âmbito administrativo e judicial, além de valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais.

11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão abaixo demonstradas:

	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2017	60.173	(178)	59.995
Bens transferidos do imobilizado	153.389	248	153.637
Bens baixados por venda	(153.094)	(17)	(153.111)
Em 31 de dezembro de 2018	60.468	53	60.521
Bens transferidos do imobilizado	193.170	9.636	202.806
Bens baixados por venda	(173.360)	(537)	(173.897)
Em 31 de dezembro de 2019	80.278	9.152	89.430
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2017	(20.918)	379	(20.539)
Bens transferidos do imobilizado	(71.416)	(165)	(71.581)
Bens baixados por venda	60.378	7	60.385
Em 31 de dezembro de 2018	(31.956)	221	(31.735)
Bens transferidos do imobilizado	(37.800)	(9.124)	(46.924)
Bens baixados por venda	36.234	289	36.523
Em 31 de dezembro de 2019	(33.522)	(8.614)	(42.136)
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.512	274	28.786
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.756	538	47.294

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a fornecedores	3.143	2.693
Adiantamentos a funcionários	1.202	1.898
Partes relacionadas (nota 24.1)	57.746	4.243
Cauções imobiliárias	538	-
Outros	1.833	939
Total	64.462	9.773
Ativo circulante	64.033	9.471
Ativo não circulante	429	302
Total	64.462	9.773

13. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

	Patrimônio líquido em 31/12/2019	Participação %	Equivalência patrimonial	Saldo ativo 31/12/2019	Saldo ativo 31/12/2018
CS Brasil Frotas	(i)	(i)	5.139	-	34.976
BRT Sorocaba Concessionárias	11.389	49,25%	(1.201)	5.609	1.388
Total de investimentos			3.938	5.609	36.364

(i) Conforme nota explicativa 13.1, em 30 de dezembro de 2019 houve a venda do investimento que a Empresa detinha na CS Brasil Frotas.

13.1 Movimentação dos investimentos

Investimentos	31/12/2018	Aporte de capital	Baixa de investimentos (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2019
CS Brasil Frotas	34.976	29.827	(72.116)	5.139	2.174	-
BRT Sorocaba Concessionárias	1.388	5.422	-	(1.201)	-	5.609
Total investimentos	36.364	35.249	(72.116)	3.938	2.174	5.609

(i) Refere-se a venda da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Frotas ocorrida em 30 de dezembro de 2019 para a compradora CS Brasil Participações, no montante de R\$ 72.116 em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30.12.2022 e a última em 30.06.2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2% a.a..

Investimentos	31/12/2017	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2018
CS Brasil Frotas	-	34.976	-	34.976
BRT Sorocaba Concessionárias	985	1.375	(972)	1.388
Total investimentos	985	36.351	(972)	36.364

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Saldos patrimoniais e de resultado das investidas e controladas

	31/12/2019							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos e Despesas	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
CS Brasil Frotas	393.225	553.264	159.636	256.332	530.521	355.032	(309.872)	45.160
BRT Sorocaba Concessionárias	30.651	39.899	4.259	54.902	11.389	158	(2.411)	(2.253)
	31/12/2018							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos e Despesas	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
CS Brasil Frotas	169.012	348.629	137.895	56.997	322.749	159.259	(136.309)	22.950
BRT Sorocaba Concessionárias	816	2.346	365	4.406	(1.609)	10.581	(12.555)	(1.974)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Outros	Construções em andamento	Direito de uso (iii)	Total
Custo:									
Em 31 de dezembro de 2017	385.957	29.611	9.216	625	1.598	290	696	-	427.993
Adições	301.627	181	-	27	339	407	1.101	-	303.682
Transferências	(468)	405	57	-	104	-	(98)	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(153.389)	(248)	-	-	-	-	-	-	(153.637)
Baixa de ativos e outros	(5.434)	(240)	(1.194)	(42)	(126)	(27)	-	-	(7.063)
Em 31 de dezembro de 2018	528.293	29.709	8.079	610	1.915	670	1.699	-	570.975
Adoção inicial ao CPC 06 (R2) (iii)								38.482	38.482
Saldo em 1º de janeiro de 2019	528.293	29.709	8.079	610	1.915	670	1.699	38.482	609.457
Remensuração	-	-	-	-	-	-	-	511	511
Adições (i)	216.518	8.556	-	105	1.036	42	1.500	-	227.757
Baixa por cisão (ii)	(46.887)	(325)	(2.475)	(47)	(241)	(2)	(828)	-	(50.805)
Transferências	(7.633)	8.208	-	-	(575)	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(193.170)	(9.636)	-	-	-	-	-	-	(202.806)
Baixa de ativos e outros	(406)	-	-	(39)	(15)	(260)	-	-	(720)
Em 31 de dezembro de 2019	496.715	36.512	5.604	629	2.120	450	2.371	38.993	583.394
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2017	(97.572)	(15.598)	(5.127)	(509)	(560)	(246)	-	-	(119.612)
Despesa de depreciação no exercício	(60.577)	(3.125)	(1.175)	(55)	(168)	(422)	-	-	(65.522)
Transferências	87	(91)	41	-	(37)	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	71.416	165	-	-	-	-	-	-	71.581
Baixa de ativos e outros	5.153	150	978	29	66	-	-	-	6.376
Em 31 de dezembro de 2018	(81.493)	(18.499)	(5.283)	(535)	(699)	(668)	-	-	(107.177)
Despesa de depreciação no exercício	(57.170)	(2.992)	(790)	(39)	(192)	-	-	(9.780)	(70.963)
Baixa por cisão (ii)	23.028	211	886	11	81	2	-	-	24.219
Transferências	8.052	(8.052)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	37.800	9.124	-	-	-	-	-	-	46.924
Baixa de ativos e outros	1	-	-	38	-	80	-	-	119
Em 31 de dezembro de 2019	(69.782)	(20.208)	(5.187)	(525)	(810)	(586)	-	(9.780)	(106.878)
Valor líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	446.800	11.210	2.796	75	1.216	2	1.699	-	463.798
Saldo em 31 de dezembro de 2019	426.933	16.304	417	104	1.310	(136)	2.371	29.213	476.516
Taxa média de depreciação (%) no período:									
2019									
Leves	10,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	7,4%	14,7%	9,8%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	20%	10%	10,1%	-	25,2%	-

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Inclui adição de R\$ 14.433 referente ao aumento de capital da controladora JSL efetuado com aporte de bens, conforme descrito na nota explicativa 25.1;
- (ii) As baixas do imobilizado no exercício, refere-se principalmente a cisão parcial para a Joseense, Mogi Mob e TPG, conforme mencionado na nota explicativa 1.1; e
- (iii) Refere-se à adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, conforme nota explicativa 4.1. Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamento de imóveis.

14.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamento mercantil, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo - arrendamentos mercantil capitalizado	116.519	48.084
Depreciação acumulada	(8.315)	(3.664)
Saldo contábil, líquido	108.204	44.420

15. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Veículos, máquinas e equipamentos	50.884	22.796
Peças e manutenção	4.137	4.332
Parte relacionadas (nota 24.1)	9.969	19.833
Material de estoque	2.300	6.162
Serviços contratados	2.498	1.934
Aluguel de imóveis	698	887
Outros	3.463	5.508
Total	73.949	61.452

15.1 Risco sacado a pagar - montadoras

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2019	Movimentação				31/12/2018
			Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Total
Em moeda nacional								
Risco sacado	6,7%	out/20	6.581	11.309	(4.050)	(789)	111	-

A Empresa firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Empréstimos e financiamentos

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2019			Movimentação					31/12/2018		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Baixa por cisão	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	2,92%	Pré-Fixada	out/24	1.125	2.579	3.704	1.663	(4.108)	(31.592)	(274)	266	5.890	31.859	37.749
Finame (i)	9,97%	TLP/SELIC	abr/24	3.373	12.330	15.703	43.193	(4.090)	(29.649)	(3.406)	3.951	433	5.271	5.704
FNE (ii)	9,76%	Pré-fixado/IPCA	dez/21	15.221	10.545	25.766	-	-	(12.911)	(2.286)	2.403	12.888	25.672	38.560
NP (iii)	5,90%	CDI+1,50%	set/22	4.806	145.524	150.330	150.000	-	-	(2.583)	2.913	-	-	-
Capital de giro (CDC) (iv)	9,16%	Pré-Fixada	abr/21	439	154	593	675	-	(103)	(29)	50	-	-	-
				24.964	171.132	196.096	195.531	(8.198)	(74.255)	(8.578)	9.583	19.211	62.802	82.013

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2018			Movimentação				31/12/2017			
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional														
CCB	-	-	-	-	-	-	-	(69)	(1)	-	-	70	-	70
Finame (i)	5,91%	Pré-fixado	out/24	5.890	31.859	37.749	11.070	(7.101)	(942)	993	6.386	27.343	33.729	
Finame (i)	10,03%	TLP/SELIC	dez/23	433	5.271	5.704	4.477	(290)	(221)	359	305	1.074	1.379	
FNE (ii)	7,71%	Pré-fixado/IPCA	dez/21	12.888	25.672	38.560	24.812	(6.021)	(1.490)	1.476	6.069	13.714	19.783	
Capital de giro (CDC)	-	-	-	-	-	-	-	(869)	-	-	869	-	-	869
				19.211	62.802	82.013	40.359	(14.350)	(2.654)	2.828	13.699	42.131	55.830	

- (i) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Mensalmente são firmados novos contratos relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso;
- (ii) **FNE** refere-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento dos Bancos Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos. Esses contratos não possuem cláusulas de compromisso;
- (iii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios; e
- (iv) **Capital de giro (CDC)** referem-se a operações de curto prazo utilizadas para gestão do caixa da Empresa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização da Empresa está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

		31/12/2019	
	Vencimento das parcelas até dez/2020	Valor total	%
Total passivo circulante		24.964	13
	2021	87.766	45
	2022	79.363	40
	2023	3.648	2
	2024	355	-
Total passivo não circulante		171.132	87
Total		196.096	100

16.2 Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir:

- ✓ **FINAME e arrendamentos financeiros** - são garantidos pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados; e
- ✓ **FNE** - fianças bancárias.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

17. Arrendamento mercantil a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de *Finame leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

Passivo de arrendamento em 31/12/2018	41.865
Novos contratos	60.305
Amortização	(16.111)
Baixa por cisão	(55)
Juros pagos	(1.793)
Juros apropriados	3.594
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	87.805
Circulante	25.351
Não circulante	62.454
Total	87.805
Taxa média a.a.	6,40%
Estrutura taxa média	CDI+2,04%
Vencimento	dez/24
Passivo de arrendamento em 31/12/2017	6.775
Novos contratos	46.883
Amortização	(14.077)
Juros pagos	(651)
Juros apropriados	2.935
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	41.865
Circulante	12.778
Não circulante	29.087
Total	41.865
Taxa média a.a.	8,28%
Estrutura taxa média	CDI+1,88%
Vencimento	nov/2021

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização da Empresa está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	31/12/2019	
		Total	%
Total passivo circulante	Até dez/2020	25.351	29
	2021	27.221	31
	2022	18.448	21
	2023	4.962	6
	2024 em diante	11.823	13
Total passivo não circulante		62.454	71
Total		87.805	100

17.2 Garantias

Conforme demonstrado na nota explicativa 14.1, a Empresa possui veículos e máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos mercantis e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

18. Arrendamento por direito de uso

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatário são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 14.

Passivo de arrendamento em 31/12/2018	-
Adoção inicial ao CPC 06 (R2)	38.482
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	38.482
Remensuração	511
Amortização	(9.029)
Juros pagos	(3.234)
Juros apropriados	3.494
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	30.224
Circulante	7.231
Não circulante	22.993
Total	30.224

A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 6 anos. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedido de entrar em quaisquer contratos de sub-arrendamento.

A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da empresa ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	7,64%
2	7,48%
3	7,84%
5	8,49%
10	8,99%
15	9,17%
20	9,23%

18.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização da Empresa está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	Total	%
Total passivo circulante	até dez/2020	7.231	24
	2021	4.792	16
	2022	5.022	16
	2023	2.604	9
	2024	2.304	8
	2025 em diante	8.271	27
Total passivo não circulante		22.993	76
Total		30.224	100

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	40.402	30.224
PIS / COFINS	1.499	1.234

A Administração da Empresa na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Empresa tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos mercantis seria um aumento aproximado de R\$ 1.323.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Salários	8.501	14.250
Provisões de férias, encargos e bônus	9.438	14.415
INSS	7.466	8.575
FGTS	585	956
Outras	1.231	1.162
Total	27.221	39.358

20. Adiantamentos de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de clientes - prefeituras	16.348	16.782
Adiantamentos de clientes - venda de veículos	23.458	11.336
Total	39.806	28.118

21. Outras contas a pagar

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a pagar dos consórcios Sorocaba e 123	6.415	17.312
Reserva de seguros	4.799	2.998
Partes relacionadas (nota 24.1)	34.039	669
Outras	4.096	1.787
Total	49.349	22.766
Passivo circulante	49.053	22.495
Passivo não circulante	296	271
Total	49.349	22.766

22. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa, no curso normal de seus negócios, recebem demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	4.620	5.137	(4.149)	(5.300)
Cíveis	537	580	(969)	(450)
Tributárias	175	174	-	-
	5.332	5.891	(5.118)	(5.750)

22.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais se referem a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

22.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.004)
Constituição	(9.766)
Reversão	4.925
Operação descontinuada	(358)
Liquidação	5.453
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.750)
Constituição	(17.763)
Operação descontinuada	91
Reversão	7.587
Baixa por cisão	270
Liquidação	10.447
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.118)

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

A provisão para demandas cíveis está relacionada a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas da Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

Tributárias

A provisão para demandas tributárias refere-se a processos administrativos movidos contra a Empresa em questionamento de certos autos de infração emitidos em processo de fiscalização, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos.

22.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2019 e 2018, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	3.996	7.554
Cíveis	3.374	2.122
Tributárias	8.879	8.386
Total	16.249	18.062

Trabalhistas

As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra as empresas da Empresa, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributárias

As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos à apropriação de créditos de ICMS.

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Créditos fiscais		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.322	2.894
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	4.951	5.168
Outras provisões	2.668	3.123
Provisão para perda de ICMS a recuperar	11.575	11.575
Provisão para perdas em estoque	720	939
Total créditos fiscais brutos	23.236	23.699
Débitos fiscais		
Depreciação econômica vs. fiscal	(17.916)	(16.665)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(6.709)	(5.249)
Diferido órgãos públicos	(26.021)	(28.859)
Total débitos fiscais brutos	(50.646)	(50.773)
Total débitos fiscais, líquidos	(27.410)	(27.074)

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(23.580)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(4.094)
IRPJ/CSLL diferidos cindidos para Quataí (nota 1.2)	645
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos decorrente de outras movimentações	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27.074)
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(5.470)
IRPJ/CSLL diferidos cindido (nota 1.1)	5.134
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.410)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.136	58.048
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(11.946)	(19.736)
Equivalência patrimonial	1.339	(330)
Incentivos fiscais - PAT	133	161
Juros sobre capital próprio	-	5.655
Despesas indedutíveis e outras adições permanentes	225	(334)
IRPJ e CSLL apurados	(10.249)	(14.584)
Corrente	(4.779)	(10.490)
Diferido	(5.470)	(4.094)
IRPJ e CSLL no resultado	(10.249)	(14.584)
Alíquota efetiva	29,17%	25,12%

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Partes relacionadas

24.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

No quadro a seguir, nas rubricas de contas a receber, outros créditos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar, estão os saldos a receber e a pagar das transações da Empresa com suas partes relacionadas:

Ativo	Contas a receber (nota 9)		Outros créditos (nota 12)		Partes relacionadas		Relacionamento	Especificação
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Partes relacionadas					(ii)	(i)		
Avante Veículos	112	-	5	133	-	-	Parte relacionada	Venda de ativos / Reembolso de despesa
CS Brasil Frotas	6.086	21.781	11.976	-	-	658	Parte relacionada	Venda de ativos / Locação operacional / Reembolso de despesa / CSA
CS Brasil Participações	60.204	-	5.291	-	72.116	-	Controladora	Venda de ativos / Alienação de investimento / Adiantamentos
Joseense	-	-	722	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas
JSL Arrendamento	179	-	17	-	-	-	Parte relacionada	Venda de ativos / Reembolso de despesa
JSL Corretora	-	-	4	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas
JSL Leasing	-	-	-	218	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
JSL	1.171	-	3.342	-	-	-	Parte relacionada	Venda de ativos / Adiantamentos
Mogi Mob	-	-	29.454	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa / CSA
MogiPasses comércio de bilhetes eletrônicos	-	-	29	14	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa / CSA
Movida Locação de veículos S.A	-	907	10	902	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa / CSA
Movida Participações	-	-	13	50	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa / CSA
Original Veículos	1.059	-	91	2.282	-	-	Parte relacionada	Venda de ativos / Reembolso de despesa / CSA
Ponto Veículos	358	-	44	644	-	-	Parte relacionada	Venda de ativos / Reembolso de despesa / CSA
Quataí	-	-	341	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Ribeira imóveis	-	-	1	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
TPG	-	-	6.403	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Vamos	2.198	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Venda de ativos
Yolanda	-	-	3	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesas / CSA
Total	71.367	22.688	57.746	4.243	72.116	658		
Circulante	71.367	22.688	57.746	4.243	-	-		
Não circulante	-	-	-	-	72.116	658		
Total	71.367	22.688	57.746	4.243	72.116	658		

(i) Refere-se ao mútuo com a CS Frotas com o prazo indeterminado e a taxa aplicada é CDI+1% a.a.

(ii) Refere-se a venda da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Frotas ocorrida em 30 de dezembro de 2019 para a compradora CS Brasil Participações, no montante de R\$ 72.116 em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30 de dezembro de 2022 e a última em 30 de junho de 2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2%.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Outras contas a pagar (nota 21)		Fornecedores (nota 15)		Partes relacionadas		Relacionamento	Especificação
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Partes relacionadas								
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	3.056	-	Parte relacionada	Mutuo
CS Brasil Frotas	3.756	-	9.470	-	-	-	Parte relacionada	Locação operacional / Contas a pagar decorrente de cisão
CS Brasil Participações	-	-	499	-	-	-	Controladora	Compra de Ativos
JSL	8.425	-	-	2.862	-	11.961	Parte relacionada	Reembolso de despesa / Locação operacional / Compra de ativos / Mútuo / CSA
Mogi Mob	12.978	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Mogipasses comércio de bilhetes eletrônicos	-	-	-	1.314	-	-	Parte relacionada	Prestação de serviço
Movida Locação de veículos S.A	231	63	-	15	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa / Locação operacional
Movida participações	3	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Ponto veículos	18	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Quick Logística	49	-	-	27	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa / Locação operacional
Ribeira Imóveis	-	606	-	-	-	-	Parte relacionada	Aluguel de imóveis
TPG	7.883	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Transrio	-	-	-	166	-	-	Parte relacionada	Locação operacional
Vamos	694	-	-	15.449	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Yolanda	2	-	-	-	-	-	Parte relacionada	Reembolso de despesa
Total	34.039	669	9.969	19.833	3.056	11.961		

24.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações entre a Empresa e suas partes relacionadas:

	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Venda ativos		Compras de ativos		(Despesas) administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Outras receitas (despesas) operacionais		Receitas (despesas) financeiras	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Avante Veículos	-	-	(1)	-	348	155	(348)	(155)	21	-	-	-	-	-
Borgato Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas	30.192	-	(9.422)	-	4.251	468	(4.338)	(1.533)	881	529	-	-	33	-
CS Brasil Participações	-	-	(499)	-	60.203	-	(60.203)	-	-	-	-	-	-	-
JSL	29	496	(7.507)	(3.942)	3.886	1.805	(3.856)	(1.733)	253	(995)	-	-	(709)	-
Mogipasses comércio de bilhetes eletrônicos	-	-	(979)	(1.446)	-	-	-	-	16	34	-	-	-	-
Movida Locação de veículos S.A	-	-	(2)	(92)	-	-	-	-	5.086	3.584	-	-	-	-
Movida participações	-	11	(23)	-	54	16	(54)	(70)	149	47	-	-	-	-
Original Distribuidora	-	-	-	-	2.766	-	(2.766)	-	1	-	-	-	-	-
Original Veículos	-	13	(2)	(56)	1.074	2.998	(1.074)	(2.998)	435	-	-	-	-	-
Ponto veículos	-	-	(21)	(8)	869	915	(870)	(915)	37	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	248	549	-	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	-	(10.264)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.918)	-	-
Transrio	-	-	(115)	(1.143)	-	86	-	(86)	127	-	-	-	-	-
Vamos	433	-	(15.418)	(17.201)	3.604	-	(3.604)	-	530	1.261	-	-	-	-
Outros (i)	-	-	(675)	-	-	-	-	-	(599)	303	-	(1.616)	-	-
Total	30.654	520	(44.928)	(23.888)	77.055	6.443	(77.113)	(7.490)	7.191	5.312	-	(9.534)	(676)	-

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Empresa, outras despesas e recuperação de despesas diversas

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes à arrendamento de imóveis

A Empresa mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. Os contratos têm condições alinhadas com as práticas do mercado e têm vencimentos até 2023.

24.4 Centro de serviços administrativos

A Empresa, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados e sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante relativo à recuperação de despesas efetuado pela Empresa foi de R\$ 7.016 (R\$ 5.312 em 31 de dezembro de 2018). Não é cobrada taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

24.5 Remuneração dos administradores

A Administração da Empresa é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração fixa	(948)	(1.456)
Remuneração variável	(826)	(320)
Benefícios	(25)	(156)
Remuneração baseada em ações	(311)	(270)
Total	<u>(2.110)</u>	<u>(2.202)</u>

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora JSL S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 25.2.

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

24.6 Transações garantidas pela Empresa para sua Controladora

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela Empresa, à sua controladora indireta JSL S.A, no âmbito da sua 12ª emissão de debentures, no valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124% do CDI.

25. Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O capital social da Empresa, mantido pela CS Participações S.A com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 512.714 (R\$ 508.108 em 31 de dezembro de 2018 mantido pela JSL S.A. com 99,99% das quotas), dividido em 512.713.735 quotas, sem valor nominal (508.107.735 em 31 de dezembro de 2018).

	<u>Valor</u>	<u>Quotas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	487.208	487.207.735
Aumento de capital (i)	21.000	21.000.000
Cisão Quataí	(100)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	508.108	508.107.735
Aumento de capital (ii)	14.433	14.433.000
Cisão (nota 1.1 (b))	(9.827)	(9.827.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>512.714</u>	<u>512.713.735</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa teve um aumento de capital em dinheiro decorrente do aporte de capital da JSL S.A. que era a sua controladora à época.
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Empresa teve um aumento de capital com ativo imobilizado decorrente do aporte de capital da controladora CS Brasil Participações.

25.2 Reserva de capital

a) Transações com pagamento baseado em ações

A Empresa concedeu plano de pagamento baseados em ações com subscrições de ações da JSL S.A. a administradores e empregados da Empresa, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JSL S.A. Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida das reservas de capital. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração do Grupo JSL e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

A Empresa possui plano de opção de compra de ações com subscrições de ações da Controladora JSL S.A. determinadas a administradores e empregados da Empresa, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora JSL S.A. Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida das reservas de capital. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Empresa para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis na Empresa durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Empresa, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Empresa do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de opções.	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
II	2012	4.013	1	6,93	6,60	36,50%	8,14%	0%	7,8 anos	31/08/2012 a 31/03/2015	04/2015 a 06/2020
II	2012	4.013	2	6,93	6,58	36,50%	8,61%	0%	7,8 anos	31/08/2012 a 31/03/2016	04/2015 a 06/2020
II	2012	8.026	3	6,93	6,57	36,50%	8,91%	0%	7,8 anos	31/08/2012 a 31/03/2017	04/2015 a 06/2020
III	2013	2.828	1	11,51	10,80	28,60%	9,51%	0%	7,1 anos	09/05/2013 a 01/04/2016	04/2014 a 06/2020
III	2013	2.828	2	11,51	10,78	28,60%	9,79%	0%	7,1 anos	09/05/2013 a 01/04/2017	04/2014 a 06/2020
III	2013	5.655	3	11,51	10,76	28,60%	9,97%	0%	7,1 anos	09/05/2013 a 01/04/2018	04/2014 a 06/2020
IV	2014	1.085	1	14,28	13,19	26,30%	11,54%	0%	5,1 anos	23/06/2014 a 01/04/2017	04/2017 a 06/2019
IV	2014	1.085	2	14,28	13,17	26,30%	11,77%	0%	5,1 anos	23/06/2014 a 01/04/2018	04/2017 a 06/2019
IV	2014	2.171	3	14,28	13,16	26,30%	11,88%	0%	5,1 anos	23/06/2014 a 01/04/2019	04/2017 a 06/2019
V	2015	1.980	1	11,93	11,00	40,34%	15,05%	0%	5,2 anos	01/04/2015 a 01/04/2018	04/2018 a 06/2020
V	2015	1.980	2	11,93	11,00	40,34%	15,07%	0%	5,2 anos	01/04/2015 a 01/04/2019	04/2018 a 06/2020
V	2015	3.958	3	11,93	11,05	40,34%	14,09%	0%	5,2 anos	01/04/2015 a 01/04/2020	04/2018 a 06/2020
VI	2016	4.967	1	8,36	7,86	45,70%	12,33%	0%	4,1 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2020
VI	2016	4.967	2	8,36	7,87	45,70%	12,21%	0%	4,1 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2019 a 06/2020
VI	2016	9.934	3	8,36	7,87	45,70%	12,16%	0%	5,1 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2019 a 06/2020
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%	11,02%	0%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%	11,15%	0%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	10.415	3	9,03	8,50	42,31%	11,30%	0%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à “pagamento baseado em ações” no patrimônio líquido é de R\$ 311 (R\$ 270 em 31 de dezembro de 2018).

Movimentação durante os exercícios

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2018	80.321	-	-	80.321	9,36
Outorgas concedidas 2019	-	-	(36.671)	(36.671)	10,18
Posição em 31 de dezembro de 2019	80.321	-	(36.671)	43.650	9,07

ii. Plano de ações restritas e matching

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores da Empresa de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	5.604	1	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	01/04/2019
I	2018	5.604	2	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	01/04/2020
I	2018	5.604	3	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	01/04/2021
I	2018	5.603	4	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	01/04/2022
II	2019	18.252	1	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2020	01/04/2020
II	2019	18.252	2	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2019	18.252	3	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2019	18.250	4	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2018	22.415	-	-	22.415	8,12
Outorgas concedidas 2019	73.006	-	-	73.006	6,52
Posição em 31 de dezembro de 2019	95.421	-	-	95.421	6,90

25.3 Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações das financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	23.643	40.764
Juros sobre capital próprio	-	(16.637)
Total destinação do resultado	-	(16.637)

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 2.134, decorrente da mutação do patrimônio líquido da CS Brasil Frotas reconhecido no montante da participação proporcional da Empresa.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços**a) Fluxos de receitas**

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	103.947	81.384
Receita de locação de veículos	280.900	313.915
Receita líquida de locação e prestação de serviços	384.847	395.299
Receita de venda de ativos desmobilizados	130.641	98.485
Total da receita líquida	515.488	493.784

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta	578.937	557.452
Menos:		
Impostos sobre vendas	(63.431)	(60.645)
Devoluções	(18)	(3.023)
Receita líquida total	515.488	493.784

b) Desagregação da receita de contrato com cliente

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Empresa.

	31/12/2019	31/12/2018
Principais produtos e serviços		
Receita de transporte de passageiros	56.247	30.841
Receita de limpeza e coleta urbana	47.700	50.543
Receita de locação de veículos	280.900	313.915
Receita líquida de locação e prestação de serviços	384.847	395.299
Receita de venda de ativos desmobilizados	130.641	98.485
Total da receita líquida	515.488	493.784
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	186.888	129.326
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	328.600	364.458
Receita líquida total	515.488	493.784

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Gastos por natureza

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custos / despesas com frota	(19.549)	(24.931)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(137.374)	(92.726)
Pessoal	(150.206)	(140.806)
Depreciação e amortização (iii)	(64.320)	(62.463)
Peças, pneus e manutenções	(27.509)	(41.148)
Combustíveis e lubrificantes	(38.036)	(39.004)
Reversão (provisão) para demandas judiciais e administrativas	271	(4.841)
Prestação de serviços	(14.827)	(21.525)
Reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	474	3.250
Energia elétrica	(816)	(785)
Viagens, refeições e estadias	(767)	(901)
Aluguéis de imóveis (nota 4.1.(d)) (iii)	(19)	(7.019)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos (iv)	(27.960)	(9.853)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	120	1.084
Recuperação de PIS e COFINS	15.971	13.851
Créditos de impostos extemporâneos (i)	11.222	1.540
Despesas tributárias	2.910	2.481
Outros custos	(21.500)	(7.036)
	<u>(471.915)</u>	<u>(430.832)</u>
Custo de locação e prestações de serviços	(326.259)	(319.743)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(137.374)	(92.726)
Despesas administrativas	(20.682)	(28.078)
Despesas comerciais	(3.013)	(2.517)
Reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	474	3.250
Outras despesas operacionais	(10.562)	(5.758)
Outras receitas operacionais	25.501	14.740
	<u>(471.915)</u>	<u>(430.832)</u>

- (i) O saldo total é composto por R\$ 7.485 (R\$ 1.314 em 31 de dezembro de 2018) de verbas de PIS e COFINS e R\$ 3.737 por verbas de INSS (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2018);
- (ii) Refere-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R\$ 161 (R\$ 1.350 em 31 de dezembro de 2018);
- (iii) Os valores de 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, sendo que as demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 4.1. (d) estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2). O impacto na linha de depreciação foi R\$ 9.780, conforme nota explicativa 14; e
- (iv) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro do exercício.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	4.489	3.964
Receita de variação monetária	449	1.228
Outras receitas financeiras	19	390
Juros recebidos	170	651
Receita financeira total	5.127	6.233
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.583)	(2.828)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(3.594)	(2.935)
Juros de risco sacado - montadoras	(111)	(1.192)
Despesas bancárias	(521)	(2.703)
Despesa total do serviço da dívida	(13.809)	(9.658)
Outras despesas financeiras	(1.043)	(507)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(2.650)	-
Despesa financeira total	(17.502)	(10.165)
Resultado financeiro líquido	(12.375)	(3.932)

29. Arrendamento operacional

29.1 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2024. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
308	299	296	178	74	1.155

30. Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam o caixa por estarem financiados, abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	31/12/2019	31/12/2018
Total das adições do imobilizado no exercício (nota 14)	227.757	303.682
Adições financiadas por arrendamento mercantil a pagar - FINAME	(105.161)	(62.430)
Adições de risco sacado a pagar - montadoras para aquisição de imobilizado de exercícios anteriores	(11.309)	14.245
Saldo das adições do exercício liquidadas com fluxos de caixa	111.287	255.497
Varição no saldo de fornecedores e montadoras de veículos a pagar	(30.345)	(13.535)
Aporte de capital com ativo imobilizado (nota 25.1)	(14.433)	-
Cisão de capital por meio de bens	3.557	2.982
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	70.066	244.944
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional	12.343	243.070
Imobilizado	57.723	1.874
Total	70.066	244.944
Outras transações que não afetaram o caixa		
Aporte de capital em investidas com títulos de contas a receber (nota 13.1)	(29.827)	-
Adoção inicial CPC 06 (R2) - Arrendamentos (nota 4.1)	(38.482)	-

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Evento subsequente

31.1 Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Empresa está avaliando os impactos da COVID-19 em seus negócios e nas demonstrações financeiras, observando as normas aplicáveis.

A Administração do Grupo JSL, do qual a Empresa faz parte, instituiu o comitê de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, através desse comitê, estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação diária da situação, alinhados com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

- Cuidado com os colaboradores: Até o momento, o comitê vem trabalhando no estabelecimento de políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, adotando medidas como: (i) adoção de home-office para parte dos colaboradores, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco; (ii) horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nos escritórios da Empresa; (iii) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitar a circulação; (iv) disponibilização de veículos para os colaboradores que utilizam transporte público; (v) férias coletivas e utilização de banco de horas; (vi) e introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais;
- Impactos econômico-financeiros.

A Empresa vem obedecendo às determinações de órgãos públicos e governos quanto ao fechamento de operações, mantendo em funcionamento as atividades não determinadas ao fechamento, como como transporte de passageiros que são essenciais à população.

A Empresa possui condição financeira suficiente para o atravessamento da crise instalada, citando principalmente as seguintes circunstâncias:

- A maior parte da receita da Empresa é originada de contratos de longo prazo de locação de frota para empresas prestadoras de serviços considerados essenciais.
- A Administração está trabalhando para adequar a estrutura de custos da Empresa de acordo com as variações em sua geração de caixa, com acompanhamento diário.

A Administração também fez uma avaliação geral do cenário atual e considerou: (i) o estágio de disseminação do vírus (ii) trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; (iii) todos os Governos estaduais, municipais e federal ainda se encontram em fase de análise, ajustamento e adoção de medidas e, por isso, é impraticável saber nesse momento quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas; (iv) a instabilidade causada nos mercados de títulos e valores mobiliários não pode ser seguramente medida, visto o grau de volatilidade causada por um cenário de stress.

Com base nisso, foi concluído que não é possível, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros presentes ou futuros decorrentes da pandemia da COVID-19.

A Empresa está trabalhando com foco para superar todas as dificuldades temporárias tendo sempre como prioridade a segurança de seus colaboradores, o atendimento dos seus clientes, e a manutenção de sua saúde financeira e resultados.

* * * * *



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Mogi das Cruzes - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

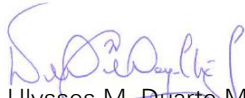
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8